



Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso

CGR-PJE	Ata de Reunião
Nº 002	Comitê Gestor Regional do Processo Judicial Eletrônico (CGR-PJe)

<i>Local:</i>	Sala de reuniões do Térreo			
<i>Data:</i>	29 de maio de 2019			
<i>Horário:</i>	<i>Início:</i>	10h30	<i>Término:</i>	11h40

Resumo das discussões:

Às 10h30, o Presidente do CGR-PJe iniciou os trabalhos, saudando e agradecendo a presença de todos, tendo passado a abordar os itens da pauta previamente publicada:

1. IMPLANTAÇÃO DO PJE NO 1º GRAU -

Os integrantes do comitê se apresentaram e conheceram o novo Presidente do CGR-PJe que falou da importância da continuidade da implantação do Processo Judicial Eletrônico – PJe, o qual será estendido para o primeiro grau de jurisdição nos cartórios eleitorais; em seguida passou a palavra ao Secretário Judiciário para que fizesse uma explanação do atual estágio do processo; o Secretário informou que o Tribunal recebeu uma comunicação do TSE dando conta do cronograma, dos requisitos e do treinamento para a implantação do PJe no 1º Grau; tal comunicação foi registrada no PAe 1184/2019 e encaminhada à Presidência, que solicitou manifestação da Secretaria de Tecnologia da Informação, Corregedoria e Secretaria Judiciária; aduziu ele em seguida que foi publicada a Portaria nº 344, de 8 de maio de 2019 do TRSE que dispôs sobre a *“implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe) na Justiça Eleitoral, tornando obrigatória, a partir das datas e nas unidades judiciárias definidas no Anexo a esta Resolução, a utilização do sistema para propositura, e sua ulterior tramitação, das ações de competências das Zonas Eleitorais”*; informou o Secretário que o TSE dividiu a implantação do sistema em cinco fases, a partir do mês de agosto de 2019, sendo a primeira fase nas Capitais e as demais de acordo com o tamanho do link de internet de cada Zona Eleitoral; prosseguiu informando que a 11ª Zona Eleitoral de

Mato Grosso, no município de Aripuanã-MT, cuja implantação se daria na quarta fase – mês de novembro de 2019 – teve sua implantação solicitada e deferida pelo TSE para a terceira fase (Outubro), em razão do aumento do seu link de internet; em continuidade, o Secretário relatou sobre a sistemática dos treinamentos: o TSE fornecerá um treinamento para multiplicadores – servidores responsáveis pelo repasse dos conhecimentos nos Tribunais em 13 e 14 de junho de 2019 – e oferecerá um módulo de treinamento à distância – EAD – para treinamento, cabendo cada Tribunal escolher a metodologia que entender adequada; explicou, ainda, que a plataforma EAD será disponibilizada no mês anterior à implantação do PJe na respectiva Zona Eleitoral, isto é, àquelas Zonas Eleitorais que terão implantado o sistema em agosto receberão o acesso em julho; para àquelas que recebem o sistema em setembro, acessarão em agosto e, finalmente, no que toca à última etapa das Zonas Eleitorais de Mato Grosso em outubro, poderão acessar o EAD em setembro de 2019; quanto aos treinamentos presenciais, o Secretário Judiciário explicou da importância de receber mais informações do TSE a fim de que o Tribunal possa estabelecer um treinamento presencial para os seus servidores, mas que a ideia inicial é conjugar a vinda dos servidores dos cartórios à Capital para exames médicos com o treinamento presencial no PJe, diminuindo os custos; nesse ponto o Procurador Regional Eleitoral fez uma fala solicitando da necessidade de treinar também os Promotores Eleitorais do interior; ocasião em que o Secretário explicou que tal sistemática será discutida no Grupo de Trabalho do PJe – GT-PJe, mas que, na sua opinião, deve o Tribunal capacitar os servidores dos cartórios para que esses, então, possam auxiliar os Membros do Ministério Público Eleitoral locais, à guisa do que foi feito em segunda instância; de igual modo o Dr. Fábio Henrique Camargo Zuqueti, falando em nome do representante da OAB-MT, aderiu ao interesse de que possam ser também treinados advogados; tendo o Presidente do Comitê Dr. Luís Aparecido Bortolussi explicado que embora o Tribunal possa auxiliar aos advogados, tal capacitação deve partir da própria OAB, haja vista a diminuta estrutura do Tribunal Eleitoral, especialmente nos cartórios eleitorais; em seguida se manifestou a representante de Defensoria Pública da União, Dra. Maria Clara Gonçalves Khalil, quem ponderou que a DPU-MT ainda não está totalmente instalada nas cidades do interior do Estado, possuindo apenas polos de atuação e Cáceres e Juína, razão pela qual ela imagina que a assistência nas diversas zonas eleitorais, poderá ser feita por

advogados dativos, quando o caso demandar; a seguir o Assessor de Planejamento da Secretaria Judiciária fez uma breve demonstração do sistema PJe Zona Eleitoral no ambiente de teste disponibilizado, onde foram mostradas as principais funções do PJe Zone que são, em tudo similares ao PJe já usado no Tribunal Regional Eleitoral.

2. OUTROS ASSUNTOS

O Presidente do Comitê esclareceu que oficiou ao Comitê Gestor Nacional do PJe – Ministro Admar Gonzaga do TSE, a partir de provocação do Ministério Público Eleitoral, a fim de que seja providenciada melhoria no sistema, de modo que sejam registrados os usuários que tiveram acesso aos documentos em processos sigilosos, haja vista o vazamento de informações em ação em trâmite no Tribunal e a impossibilidade de se ter conhecimento de quem acessou os documentos vazados.

Cuiabá, 29 de maio de 2016.

LUÍS APARECIDO BORTOLUSSI JÚNIOR
JUIZ MEMBRO DO TRE-MT E PRESIDENTE DO CGR-PJE

CÉLIA REGINA VIDOTTI
JUÍZA DA 55ª ZONA ELEITORAL

PEDRO MELO POUCHIAM
PROCURADOR REGIONAL ELEITORAL DE MT

MARIA CLARA GONÇALVES KHALIL
DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

FÁBIO HENRIQUE CAMARGO ZUQUETI
REPRESENTANTE DA OAB/MT

RAFAEL ZORNITTA
DIRETOR-GERAL
EM SUBSTITUIÇÃO

BRENO ANTONIO SIRUGI GASPAROTO
SECRETÁRIO DE JUDICIÁRIO TRE-MT

LUÍS CEZAR DARIENZO ALVES
SECRETÁRIO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

ERIVELTO BASTOS NOVAIS
REPRESENTANTE DA CORREGEDORIA ELEITORAL